

# **Pensamento feminista negro e o blog “Blogueiras Negras”**

## **El pensamiento feminista negro y el blog “Blogueiras Negras”**

### **Black feminist thinking and the blog “Blogueiras Negras”**

---

---

THAIS PEREIRA DA SILVA

Thais Pereira da Silva es periodista, magíster y estudiante de doctorado en el programa de Ciencias de la Información de la Universidade de São Paulo (USP), ubicada en Brasil. Durante la maestría, investigué la apropiación de las TIC por parte de mujeres negras brasileñas que tenían el blog “Blogueiras Negras” como estudio de campo. En mi doctorado investigo las narrativas que genera el programa de televisión Big Brother Brasil (BBB 21) entre activistas negros en las redes sociales.



---

## **Pensamento feminista negro e o blog “Blogueiras Negras”** **El pensamiento feminista negro y el blog “Blogueiras Negras”** **Black feminist thinking and the blog “Blogueiras Negras”**

---

Thais Pereira da Silva

Universidade de São Paulo (USP)

thaispsilva@usp.br (<https://orcid.org/0000-0001-6376-5324>)

Recibido: 23-02-2021 / Aceptado: 07-06-2021

<https://doi.org/10.18800/conexion.202101.002>

---

### **PALAVRAS-CHAVES / PALABRAS CLAVE** **/ KEYWORDS**

TICs, mulheres negras, pensamento feminista negro, Blogueiras Negras / TIC, mujeres negras, pensamiento feminista negro, blogueras negras / ICTs, black women, black feminist thinking, Blogueiras Negras

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a produção do conhecimento a partir da epistemologia do pensamento feminista negro, proposto por Patricia Hill Collins, que configura-se como a teoria crítica produzida pelas mulheres negras nas suas lutas contra três dimensões articuladas de opressões: a econômica, a política e a ideológica. Nesse trabalho, analisamos a dimensão ideológica, ou seja, a cultural. Para isso, utilizamos o método de pesquisa Netnografia, a partir da análise do estudo de caso do blog “Blogueiras Negras” (BN),

que foi realizado no período de março de 2013 a dezembro de 2014. Representante da tradição da imprensa negra e dos movimentos de mulheres negras, o BN é uma plataforma colaborativa que reúne cerca de 400 autoras. Ademais, a pesquisa bibliográfica inclui as (os) seguintes autoras (es), além dos já citados: Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, entre outras (os).

### **RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la producción de conocimiento desde la epistemología del pensamiento feminista negro, propuesto por Patricia Hill Collins, que se configura como una teoría crítica producida por las mujeres negras en sus luchas contra tres dimensiones articuladas de la opresión: económica, política e ideológica. En este trabajo analizamos la dimensión ideológica, es decir, la dimensión cultural. Para ello, se utilizó el método de investigación Netnografía, basado en el análisis del caso

de estudio del blog “Blogueiras Negras” (BN), que se llevó a cabo de marzo de 2013 a diciembre de 2014. Representante de la tradición de la prensa negra y de los movimientos de mujeres negras, BN es una plataforma colaborativa que reúne a unos 400 autores. Además, la investigación bibliográfica incluye los siguientes autores, además de los ya mencionados: Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, entre otros.

#### ABSTRACT

This article aims to reflect on the production of knowledge based on the epistemology of black feminist thought, proposed by Patricia Hill Collins, which is configured as a critical theory produced by black women in their struggles against three articulated dimensions of oppression: economic, political and ideological. In this paper, we analyze the ideological dimension, or the cultural dimension. For this, we use the Netnografia research method, from the analysis of the case study of the blog “Blogueiras Negras” (BN), which was carried out in the period from March 2013 to December 2014. Representative of the tradition of black printing and two movements of black women, or BN is a collaborative platform that brings together about 400 authors. In addition, the bibliographic research includes the following authors (s), also two cited: Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, among others.

#### 1. Introdução

Pode a subalterna falar? pergunta-se a intelectual Gayatri Chakravorty Spivak. Embora a autora sinalize que não, insistimos em refletir sobre o seu questionamento. Por quê? As máscaras flandres silenciaram pessoas negras durante o período colonial, mas o fim do sistema de escravidão não representou a verdadeira liberdade, com igualdade econômica, social, cultural entre brancos, negros e indígenas. Pelo contrário, o colonialismo nos mantém presos ao passado colonial. Como retirar as máscaras para fazer das vozes das (os) subalternas (os) ecoarem? De que forma romper as amarras da nossa dominação e transformá-la em emancipação? Como a imprensa negra pode contribuir para a verdadeira liberdade das mulheres negras?

Durante a colonização da América, engendraram-se as primeiras identidades culturais: brancos, europeus, negros, indígenas e mestiços. Os diversos povos nativos de Abya Yala tornaram-se os índios. Da mesma forma, bantus, nagôs, malês, entre outros grupos originários da África foram agrupados na mesma categoria racial negativa: negros. Já os colonizadores se definiram no começo, como portugueses e espanhóis. Após o período das luzes tiveram suas identidades redefinidas para brancos e europeus.

Na medida em que as relações sociais que se estavam configurando

eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha (Quijano, 2005, p. 117).

Em outras palavras, as identidades culturais determinavam os lugares nas relações de trabalho e no controle dos meios de produção. Assim sendo, as populações africanas foram reduzidas ao trabalho escravizado, já os brancos europeus eram trabalhadores assalariados, comerciantes, agricultores, entre outros.

Assim identidades raciais produzem a mesma estrutura hierárquica para os saberes e as culturas entre os povos colonizados e os colonizadores. O conhecimento eurocêntrico<sup>1</sup> torna-se hegemônico mundialmente, colonizando outras formas de produzir conhecimento e cultura. Mesmo com o fim do colonialismo histórico, a dominação política formal de uma sociedade sobre a outra, os padrões hierárquicos raciais de relações de trabalho e produção do conhecimento persistem até os dias atuais (Nascimento, 2016; Gonzalez, 2020; Quijano, 2005, 1992; Mignolo, 2017).

Quijano elaborou a concepção de colonialidade para designar as matrizes

de poder que foram forjadas no período colonial da América, que, segundo Mignolo (2007, p. 5), são compostas por “quatro domínios inter-relacionados: o controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade”, fundamentadas na classificação racial e patriarcal do conhecimento. Tais padrões provaram ser mais duráveis e estáveis que o colonialismo histórico e estão presentes nas relações de exploração e de dominação entre as raças e as nações colonizadas no mercado global atual. Ou seja, é fundamental para a reprodução do capital (Quijano, 1992, 1997, 2005). O pensamento decolonial é uma epistemologia que visa compreender e superar o projeto simbólico e socioeconômico colonial. Dessa forma, as estratégias teóricas e práticas enfatizam a “enunciação” do sujeito subalterno, a desobediência epistêmica da ciência da moderna e a desvinculação dos padrões de poder. O pensamento feminista negro é uma epistemologia decolonial (Mignolo, 2017; Collins, 2019; Grosz, 2010).

O blog *Blogueiras Negras* (BN) é uma plataforma colaborativa de mulheres negras que articulam as opressões de raça, de gênero e de exploração de classe em seus textos, fazendo da escrita uma ferramenta de luta para a emancipação do

<sup>1</sup> “Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América” (Quijano, 2005, p. 126).

grupo. A espinha dorsal do BN é o pensamento feminista negro, teoria crítica que visa refletir sobre os fenômenos sociais que interferem na vida das mulheres negras e buscar soluções simbólicas e socioeconômicas para a justiça social do grupo (Collins, 2019).

Além da revisão bibliográfica, optamos pelo estudo de caso. Para isso, mobilizamos a técnica netnografia, que é a transposição da etnografia para “os estudos de práticas comunicacionais mediadas por computador” (Amaral, Natal, Viana, 2008, p. 35). Segundo Amaral, Natal e Viana, a etnografia é um método de pesquisa que consiste em técnicas para observação e coleta de dados, a partir do contato intersubjetivo entre o pesquisador e a comunidade pesquisada. Nessa pesquisa, utilizamos as seguintes ferramentas:

- 1) Observação participante na comunidade virtual.
- 2) Leitura e análise dos textos.
- 3) Entrevistas estruturadas.
- 4) Anotações de campos.

Realizamos duas entrevistas a primeira delas foi com a jornalista e doutora em Comunicação Rosane Borges e a segunda com a criadora e coordenadora do blog Blogueiras Negras Larissa Santiago. Os textos averiguados foram publicados nos dois primeiros anos do blog, 2013 e 2014, e as análises embasaram-se na pesquisa bibliográfica e nas entrevistas.

No primeiro momento, apresentamos o blog Blogueiras Negras. A seguir, analisamos o conceito da epistemologia do pensamento feminista negro, proposto por Patricia Hill Collins, que é uma teoria crítica produzida pelas mulheres negras nas suas lutas contra três dimensões articuladas de opressões: a econômica, a política e a ideológica.

Por fim, apresentamos o estudo de caso do blog “Blogueiras Negras”, um weblog colaborativo de mulheres negras, que tem como pano de fundo a epistemologia do pensamento feminista negro.

## **2. O pensamento feminista negro como espinha dorsal do Blogueiras Negras**

A imprensa negra brasileira surge no Século XIX, em 1833, com os jornais “O Homem de Cor ou o Mulato”, “Brasileiro Pardo” e “O Cabrito e o Lafuente”, com textos produzidos na sua maioria por homens livres pretos ou pardos, que denunciavam a discriminação racial e o sistema escravocrata no país (Pinto, 2010).

Com a Lei Áurea, em 1888, a luta pela sonhada liberdade não se transformou em igualdade social, econômica ou cultural entre pessoas as brancas, as indígenas e as negras. Nas palavras de Lélia Gonzalez (2020, p. 139), “(...) porque o texto da lei de 13 de maio de 1888 simplesmente declarou a escravidão extinta, revogando todas as disposições contrárias e nada

mais. Para nós, nossa luta por libertação começou muito antes desse ato de formalidade legal e continua até hoje”.

Dessa forma, proliferaram-se jornais e informativos escritos pelas pessoas negras durante os séculos seguintes, XX e XXI, incluindo a imprensa feminista negra, como o Informativo Nzinga (1985-1986), o Portal Geledés e o blog Blogueiras Negras, a fim de denunciar o racismo estrutural, a discriminação racial, o genocídio da juventude negra, além de produzir conhecimento a partir da epistemologia do pensamento feminista negro.

Com o advento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), notamos a crescente produção e disseminação de informação em novas plataformas, como blogs ou redes sociais digitais; a conexão entre indivíduos do mundo inteiro; a organização e a mobilização dos movimentos sociais na internet; entre outras inúmeras ações humanas (Castells, 2013; Santos, 2007). Nessa perspectiva, Carneiro (2003) ressalta que as mulheres negras se apropriaram-se das TICs também como ferramenta de luta contra o racismo, o sexismo e a exploração de classe. É o caso do blog Blogueiras Negras. Quem conta a história do BN é a Larissa Santiago, uma das criadoras e coordenadora do weblog.

Como a gente é feminista e foi se descobrindo feminista negra, a gen-

te acredita que existem várias histórias, a história não é uma história só, a gente também acredita que as “Blogueiras Negras” também tenham várias histórias. A nossa história não é uma história única, eu não vou contar a mesma história que a Charô, por exemplo, que foi a pessoa que teve a ideia original e a Maria Rita também vai contar outra história (Santiago, 2019, p.177).

O blog “Blogueiras Negras” foi criado, em maio de 2013, por Charô Nunes, Larissa Santiago e Maria Rita Casagrande. O BN surgiu de uma ação de “Blogagem Coletiva de Mulher Negra”, que tinha como objetivo incentivar as mulheres negras a escrever textos para duas datas específicas: 20 de novembro, dia da Consciência Negra (morte de Zumbi dos Palmares), e dia 25 de novembro, dia de combate à violência contra a mulher, em 2012. “Foi aí então que a gente descobriu um monte de mulher negra que tinha blog e que *blogava*<sup>2</sup> separadamente. A gente tem uma coletividade, uma potencialidade” (Santiago, 2019, p.177).

Quem são as Blogueiras Negras? Segundo informações disponíveis no blog: “Somos um grupo heterogêneo de mulheres que acredita na igualdade econômica, social e política entre os sexos e luta para que essa igualdade seja conquistada pelas mulheres negras de diferentes

<sup>2</sup> Autoras de weblog.

classes, orientações sexuais, e idades” (Blogueiras Negras, 2018). De acordo com a Linha editorial:

Partimos do princípio que nossa espinha dorsal é o feminismo negro e a experiência da mulher negra. Nosso objetivo é fornecer material para o debate por meio do nosso protagonismo e visibilidade. Primaremos pelo ativismo de interseção que direciona o olhar para as demandas e especificidade da mulher negra, evitando hierarquizar qualquer opressão. Não temos objetivo ou a pretensão de protagonizar outras lutas, corpos e territórios que tem vida e atuação próprias, mas escreveremos em solidariedade a todas as mulheres que não são tradicionalmente contempladas pelos movimentos de hegemonia. Quando necessário, reconheceremos quaisquer camadas de privilégios que por ventura se apresentarem. Estaremos atentas ao fato de que mulheres negras são um grupo diverso e os mais variados agentes de opressão tem efeitos distintos sobre cada uma de nós. Assim, iremos convidar nossas autoras a considerar recortes de idade, geográficos, de corpo, classe, agentes de passibilidade, acesso à educação, branquitude, etc. Dessa forma, nos reservamos o direito de não publicar material de cunho transfóbico, racista, machista, classista, etarista (de idade), sexista, capacitista, lesbo-homo-bifóbico, cissexis-

ta, gordofóbico e quaisquer outras formas de preconceito e opressão. Práticas como culpar a mulher pelo machismo, o negro pelo racismo ou o gordo pela gordofobia não serão toleradas. Sempre que possível, pediremos que as autoras façam críticas estruturais, nunca direcionadas a uma pessoa em particular. Não serão tolerados ataques pessoais em nossa comunidade, seja no fórum de discussão, seja de uma autora para outra através de textos. Isso não significa, porém, que seremos estimuladas ao consenso. Em nome dessa diversidade, assinalamos que as opiniões expressas em cada texto não refletem necessariamente a da nossa comunidade as da equipe de facilitadoras. O que chamamos de Blogueiras Negras é o composto de variadas personalidades, posicionamentos e opiniões e assim deve ser entendido (Blogueiras Negras, 2018).

Patricia Hill Collins (2019a, 2019b), explica que a epistemologia feminista negra não é apenas produzida nos espaços formais do conhecimento: as universidades. Como descrito na linha editorial, a linha dorsal do blog é o feminismo negro. Dessa forma, consideramos que as autoras produzem - coletivamente - informação e conhecimento alicerçados pelo pensamento feminista negro em forma de artigos, ensaios científicos, relatos, poesias e contos, que são publicados e disseminados no BN.



Para a Patricia Hill Collins (2019a), a opressão entre as mulheres negras engloba três dimensões a econômica, a política e a ideológica que agem interconectadas. A dimensão econômica diz respeito à exploração do trabalho da mulher negra para a expansão do capitalismo, primeiro com mão de obra escrava, depois com o trabalho assalariado muito mal remunerado, responsável pela pobreza extrema. A política refere-se à falta de acesso à educação e a exclusão dos cargos públicos. A ideológica está relacionada às imagens de controle (estereótipos) surgidas no período colonial que são adaptadas em cada período histórico, a fim de manter a dominação das mulheres negras. Segundo a autora estadunidense, a justiça social para nós, mulheres negras, requer produzir saberes e desenvolver estratégias e táticas para a emancipação nas três dimensões.

Nessa perspectiva, a intelectual estadunidense (Collins, 2019b, p. 135) afirma que “as opressões de raça, classe, gênero e sexualidade não poderiam continuar a existir sem justificativas ideológicas poderosas”. As imagens negativas e os estereótipos são utilizados para justificar as opressões, que a autora define como imagens de controle, ou seja, “(...) as imagens estereotipadas da condição de mulher negra assumem um significado especial. Dado que a autoridade para definir valores sociais é um instrumento de poder, os grupos de elite no exercício do poder manipulam ideias sobre a con-

dição de mulher negra” (Collins, 2019a, p. 136).

No Brasil, Lélia Gonzalez (1984) e Sueli Carneiro (2011) destacam a importância de desvelar as relações de poder por trás dos estereótipos relacionados às mulheres negras, que se encontram introjetados no imaginário social e são constantemente reproduzidos nos meios de comunicação e no jornalismo do país e legitimam a dominação socioeconômica do grupo.

Quais são as imagens negativas associadas às negras? As representações das pessoas negras giram em torno de dois temas. A primeira refere-se à condição para a subordinação e à preguiça inata. Ou seja, negras e negros seriam naturalmente aptos à servidão e ao mesmo tempo preguiçosos para o trabalho. A segunda refere-se ao primitivismo e à incapacidade intelectual (Hall, 2016). Nas palavras de Lélia Gonzalez:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem

que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (Gonzales, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler o jornal, ouvir o rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (Gonzalez, 1984, p. 225 e 226).

No caso específico da mulher negra, a autora brasileira aponta que nós somos marcadas pelos estereótipos da mulata hipersexualizada, da empregada doméstica e da mãe preta.

### **3. BN: a insurgência das vozes negras**

“Temos sido falados, infantilizados (...) que assumimos a nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (Gonzalez, 1984, p. 225). A escrita é a ferramenta que nós, mulheres negras, temos para desafiar as imagens de controle e narrar as nossas próprias histórias. Nas palavras de Patricia Hill Collins:

Por meio das experiências vividas em sua família estendida e em sua comunidade, elas deram forma a ideias próprias sobre o significado da condição da mulher negra. Quando essas ideias encontraram a expressão coletiva, as autodefinições das mulheres negras permitiram que

elas reformulassem as concepções de matriz africana do eu e da comunidade. Essas autodefinições da condição da mulher negra foram pensadas para resistir às imagens de controle negativas da condição da mulher negra promovidas pelos brancos e às práticas sociais discriminatórias que essas imagens de controle sustentavam (Collins, 2019a, p. 45).

Cada uma com seu próprio tom, as vozes negras ecoam no blog “Blogueiras Negras”. Ali mulheres negras refletem sobre os estereótipos que marcam as nossas vidas, recusando-os e escrevendo suas memórias e experiências (Gonzalez, 1984; Collins, 2019a). Desse modo, o lugar epistêmico e o sujeito enunciativo não estão desvinculados da elaboração do conhecimento do pensamento feminista negro, sendo “a consequência das estratégias de resistência das mulheres negras, de um pensamento situado e posicionado” (Bueno, 2020, p. 27).

Notamos que existem uma pluralidade enorme entre as colaboradoras do Blogueiras Negras: acadêmicas, pesquisadoras, das mais variadas profissões (advogadas, empregadas domésticas, professoras, jornalistas, publicitárias, arquitetas etc.), ativistas dos coletivos das mulheres negras, de várias cidades brasileiras, de diferentes classes sociais, das áreas rurais e urbanas, jovens periféricas, mães, mulheres cis, trans e travestis, mulheres lésbicas, heterossexuais e

bissexuais, quilombolas, umbandistas, candomblecistas, cristãs, entre outras. É exatamente a pluralidade de subjetividades e de experiências de ser mulher negra que rompe com os estereótipos limitantes das mulheres negras. Sendo assim, a autodefinição de cada uma das colaboradoras é a partir da sua singularidade, conectada às experiências de vidas marcadas igualmente pelas opressões raciais, patriarcais e classista que atravessam as mulheres negras.

### **3.1 De Laudelina Campos Melo à Mara Gomes, da luta das empregadas domésticas ao estereótipo profissional**

A Consolidação das Leis de Trabalho (CLT)<sup>3</sup> foi aprovada em 1 de maio de 1943, pelo então presidente do Brasil Getúlio Vargas, porém a lei excluiu as trabalhadoras domésticas. Desse modo, a categoria apenas teve seus direitos reconhecidos, em 2013<sup>4</sup>, com o Projeto de Emenda Constitucional 72/2013, a PEC das domésticas. O tema foi um dos mais recorrentes entre as publicações do Blogueiras Negra, entre 2013 e 2014.

“A minha empregada doméstica é quase da família” é o discurso utilizado pelas elites como justificativa para não pagar os direitos trabalhistas às domésticas. No

artigo “Trabalho doméstico: ‘ela é da família’ não é amor, é navalha na carne”<sup>5</sup>, publicado em 18 de dezembro de 2013 no BN, a arquiteta e escritora Charô Nunes rejeita esta falácia e afirma que o trabalho doméstico descende do trabalho escravo e está contaminado pelas estruturas escravocratas como, por exemplo, que normalizam as longas jornadas de trabalho, acima das 44 horas previstas na CLT, e o não pagamento de hora extra.

Não é incomum que a frase seja usada como armadilha para adocicar o cotidiano e as agruras do trabalho. É a desculpa usada para que aceitem, muitas vezes, receber menos e trabalhar muito mais (...) Ela é da família” não é afeto, é navalha na carne. Trabalhadoras domésticas precisam de salários justos, de condições de trabalho digno, e de reconhecimento. É preciso deixar de lado os discursos dos favores, dos presentes e dos afetos (Nunes, 2013).

Segundo os dados da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD)<sup>6</sup>, que apontam que 62% das trabalhadoras domésticas são pardas e pretas e apenas 30% delas possuem carteira assinada, acreditamos que a desvalorização e a precarização da profissão são determinadas pela intersecção das

<sup>3</sup> Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm) > Acesso em 20 dez 2017.

<sup>4</sup> A PEC das domésticas deu origem à Lei Complementar 150/2015.

<sup>5</sup> Disponível em < <http://blogueirasnegras.org/trabalho-domestico-ela-e-da-familia/> > Acesso em 10 mai 2017.

<sup>6</sup> Os dados foram apresentados pela Charô Nunes no texto “Trabalho doméstico: ‘ela é da família’ não é amor, é navalha na carne”, publicado no BN.

opressões de raça, de gênero e de classe (Nunes, 2013). O trabalho doméstico é uma das mais fortes raízes do projeto colonial.

A informação é essencial para desnaturalizar a precarização e a romantização do trabalho doméstico. Nesse sentido, a advogada Gabriela Ramos escreve dois textos. O primeiro deles é “A PEC dos empregados domésticos e o processo secular da abolição da escravatura”, postado em 28 de março de 2013”, que traz uma revisão história após-abolição.

A abolição oficial, portanto, uniu o útil ao agradabilíssimo nesse contexto já que as/os negras/os libertas/os foram lançadas/os à própria sorte (ou azar) sem nenhuma política pública que os inserissem de fato na sociedade, sendo, portanto, marginalizadas/os, colocadas/os à margem. Diante da necessidade de sobrevivência é que surgiram quituteiras, lavadeiras de ganho e obviamente, os/as empregados/as domésticos/as (Ramos, 2013).

Após a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, o governo do Brasil incentivou a imigração europeia ao país com o objetivo de embranquecer a população brasileira, embasado nas teorias de racismo científico. Com isso, a mão de obra negra escrava foi trocada pela assalariada branca, deixando a população negra sem emprego e sem nenhuma política

pública de inserção na sociedade, após a promulgação da Lei Áurea, o que permanece até os dias atuais (Nascimento, 2016; Gonzalez, 2020).

Como percebemos com a análise do texto de Ramos, um dos únicos postos de trabalho que continuaram nas mãos de pessoas negras pós-abolição, ou melhor, das mulheres negras foi o doméstico. Quais foram as mudanças? Ramos apresenta apenas uma mudança na relação de trabalho entre o empregador e o trabalhador doméstico, ela sai da esfera das agressões físicas para as emocionais: o famoso “a minha empregada é quase da família”, que camuflou a baixa remuneração e o excesso de jornada de trabalho das profissionais do ramo. Para a autora, as leis não conseguiram mudar a mentalidade escravocrata da elite que criou outros mecanismos de exploração racista e sexista da mão de obra da mulher negra. Para autora, a PEC das domésticas indica que existe uma nova ordem jurídica.

O direito em si acompanha (ou pelo menos tenta) a dinâmica da vida em sociedade, portanto, quando há alguma mudança substancial no ordenamento jurídico, necessariamente alguma coisa está mudando na sociedade. Isso implica em dizer que, embora ainda existam os sinônimos e sinônimos psicológica e ideologicamente, a nova ordem estabelecida se sobrepõe às suas mentalidades escravocratas e isso não vai mudar,

sob pena do país ser vitimado pelo retrocesso (Ramos, 2013).

No texto "PEC dos Domésticos: da invisibilidade jurídica para a concretude de direitos"<sup>7</sup>, publicado em 26 de abril de 2013, Gabriela Ramos traz os aspectos jurídicos da PEC das domésticas, como a garantia do salário mínimo brasileiro, a indenização em caso de demissão sem justa causa, a jornada de trabalho fixa de 8 horas diárias e 44 horas semanais, a hora extra, o adicional noturno, entre outras. A autora explica de forma simples, sem muitos termos técnicos jurídicos os pormenores da lei.

A advogada Gabriela Ramos escreveu artigos com fatos históricos e jurídicos, mas e a voz das trabalhadoras domésticas? Charô Nunes e Maria Rita Casagrande entrevistam Creuza Maria Oliveira, presidente da FENATRAD<sup>8</sup>, que contou sua história como empregada doméstica desde os 10 anos e assim como os 30 anos de militância pelos direitos trabalhistas pela categoria. Na entrevista, Oliveira explica que entrou na luta pelos direitos trabalhistas da categoria após perceber as diferenças legais entre os outros trabalhadores e as domésticas.

Charô Nunes pergunta à entrevistada "quando foi a tomada de consciência

dela", que respondeu "Foi a exploração mesmo, os maus-tratos. Dentro da casa que eu trabalhava ouvia muitas coisas. A minha patroa não permitia que eu estudasse, mas dizia para a filha 'Se você não estudar, vai ser graxeira'. E eu estava ali ouvindo aquilo". Em outro trecho da entrevista, a presidente do FENATRAD lembra que muitas pessoas diziam que ela não podia criticar a patroa, pois esta era sua segunda mãe.

Notamos que a elite colonial utiliza o discurso "Quase da família" para não pagar salário justo e direitos às suas profissionais do lar. Quando as domésticas compreendem a sua própria realidade, elas rejeitam tais falácias. A Creuza de Oliveira compreendeu que ela e a filha da patroa não eram tratadas iguais e não tinham as mesmas oportunidades. Nesse sentido, Gonzalez (1984, p. 226) afirma:

A Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que se dá rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, a consciência, afirma como verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala

<sup>7</sup> Disponível em < <http://blogueirasnegras.org/pec-dos-domesticos-da-invisibilidade-juridica-para-a-concretude-de-direitos/> > Acesso em 10 jun. 2018.

<sup>8</sup> Disponível em < <http://blogueirasnegras.org/entrevista-creuza-oliveira/> > Acesso em 15 mai de 2017.

<sup>9</sup> Termo utilizado na Bahia para se referir às empregas domésticas.

através das mancadas do discurso da consciência.

Ainda durante a entrevista, Nunes questiona: “O sindicato conseguiu uma grande vitória, o que muitos consideram a segunda abolição das mulheres negras. Quais são os próximos passos?”. Embora Oliveira considere a PEC das domésticas um grande avanço na luta das trabalhadoras, ela aponta que a lei não atende todas as demandas das domésticas:

É continuar lutando. A PEC das domésticas foi um avanço importante. A luta das domésticas tem 77 anos no Brasil e começou com dona Laudelina de Campos Melo, uma mulher negra mineira, que foi para São Paulo trabalhar como empregada doméstica e na década de 1930 iniciou a organização pelos direitos das trabalhadoras domésticas. Dona Laudelina era uma mulher à frente de seu tempo, participou do Partido Comunista e da Frente Negra Brasileira<sup>10</sup> junto com o Abdias do Nascimento. Durante a criação da CLT, Laudelina chegou a conversar com os ministros de Getúlio Vargas, mas não fomos incluídas naquela época. A luta pela PEC das domésticas é história longa começada com a dona

Laudelina. Renan Calheiros disse que a PEC era a segunda Lei Áurea e naquele momento a chave da senzala estava sendo jogada fora. No entanto, durante a regulamentação da PEC, numa comissão mista de deputados e de senadores, eles e elas resolveram nos trancar novamente na senzala. O banco de horas, por exemplo, só poderá ser cobrado após 12 meses, o que não acontece com outras categorias. A multa de 40% em caso de demissão sem justa causa será reponsabilidade do patrão e a gente sabe que terá muitos patrões forjando justa causa. A PEC tem muitos outros problemas. Estamos lutando pela contribuição sindical, mas na relatoria está dizendo não temos direito. De que forma vamos fortalecer o nosso sindicato sem o imposto sindical? Se todas as categorias têm, por que nós não podemos ter? (Casa-grande & Nunes, 2013).

Os artigos da Gabriela Ramos apontam as conquistas que a PEC traz às domésticas já a Creuza de Oliveira percebe as falhas da lei.

O Dossiê das Mulheres Negras (IPEA)<sup>11</sup>, publicado em 2013, apresenta as taxas de ingressantes no ensino superior entre as

<sup>10</sup> Um dos primeiros movimentos negros, pós-abolição, do país.

<sup>11</sup> Dossiê das Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras brasileiras. Disponível em <[http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dossie\\_mulheres\\_negras.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf)> Acesso 20 set 2017.

mulheres negras ultrapassou 10%. Dez anos antes, em 2003, a taxa era de 5%<sup>12</sup>. De acordo com os dados, percebemos que houve aumento do ingresso de pessoas negras nas universidades, mas nós, mulheres negras, ainda somos marcadas pelo estereótipo profissional da empregada doméstica, como nos aponta Lélia Gonzalez (1984, p. 230-231).

O melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível às “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo às instruções dos síndicos brancos (os) mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-oba [...] só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço.

Embora a maioria das mulheres negras ainda trabalhem como empregadas domésticas, existem muitas de nós que

trabalhamos em outras áreas. O próprio blog “Blogueiras Negras” tem entre as suas colaboradoras profissionais liberais de várias áreas e acadêmicas. É o caso da psicóloga Mara Gomes<sup>13</sup>, filha de empregada doméstica, que escreve o artigo “De Mucama a Doméstica, um breve relato da mulher negra contemporânea”<sup>14</sup>, publicado em 19 de julho de 2013, no qual a autora reflete como o estereótipo profissional das mulheres negras como empregadas domésticas interferem na sua experiência de vida, mesmo que o estereótipo não seja comprovado na prática. No texto, a autora relata que seus pais sempre a incentivaram a estudar e ter um emprego que a fizesse feliz, embora “nossos caminhos sempre nos levam a crer que o nosso destino era o de nossas avós, tias, amigas de escola, mães, irmãs, destino que está na televisão, onde a mulher negra só aparece como empregada nos comerciais, filmes e novelas” (Gomes, 2013).

Gomes rejeita a ideia de que a profissão é o destino da mulher negra, mas consequência da falta de políticas públicas para a inserção da população negra na sociedade no pós-abolição e até mesmo

<sup>12</sup> O aumento na taxa de ingresso de negras no ensino superior está relacionado às políticas públicas, que os movimentos negros e indígenas reivindicavam há anos e foram adotadas nos governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ex-presidente Dilma Rousseff. Em 2005, o então presidente Lula criou o Programa Universidade para Todos (Prouni), que oferece bolsas parciais ou completas em universidades privadas, e ampliou o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Alguns anos mais tarde, em 29 de agosto de 2012, foi regulamentada a Lei 12.711 que estabelece as cotas raciais para ingresso nos cursos de graduação das universidades federais.

<sup>13</sup> Na época, Mara Gomes ainda era estudante de psicologia.

<sup>14</sup> Disponível em < <http://blogueirasnegras.org/de-mucama-a-domestica-um-breve-relato-da-mulher-negra-contemporanea/> > Acesso em 10 mar 2017.

a publicação de leis para manterem negros e negras às margens do corpo social como a Lei de Terras, criada em 1850<sup>15</sup>, que transformava a terra em mercadoria.

Após o fim da escravidão, sem terras, sem educação e sem qualquer experiência profissional além de trabalho escravo, o negro se viu anulado de conseguir qualquer emprego além do que já fazia antes sem ganhar nenhuma remuneração. Se ele trabalhava antes de graça, por que agora dariam algum valor justo para o seu trabalho? Algumas das profissões destinadas ao negro eram: carregador de caixas, cozinheiro, copeiro, lavadeira, mucama/criado, carregador de cestos, padeiro, forneiro, carpinteiro, ama de leite, ajudante de cozinha, lavador de pratos e etc. Já que disputava os empregos com um grande número de imigrantes, sobravam sempre os serviços com as piores remunerações. Para a mulher negra continua sendo o de criada, que hoje apenas só mudou de nome (Gomes, 2013).

O estereótipo profissional da mulher negra como empregada doméstica está alicerçado às imagens negativas das pessoas negras, como a condição para subordinação, sujeita talhada para o trabalho e a incapacidade intelectual, que foram forjadas no período colonial

e constituem-se em ferramentas simbólicas que legitimam a dominação socioeconômica das mulheres negras, fundamentais para a reprodução do capital na sociedade moderna. É inegável que as três dimensões de opressões: a econômica, a política e a ideológica agem interconectadas na vida das mulheres negras (Collins, 2019; Quijano, 2005; Gonzalez, 1984, 2020; Hall, 2016; Borges, 2019).

Por fim, notamos que as colaboradoras do blog “Blogueiras Negras” rejeitam os estereótipos, desvelando como as imagens negativas encobrem as matrizes coloniais do poder e narram suas próprias histórias.

### **3.2. De Sarah Baartman à Globeleza**

“Como todo mito, o da democracia racial oculta para além daquilo que mostra” (Gonzalez, 1984, p. 228). É no carnaval que o mito é reencenado no Brasil e a empregada doméstica torna-se a rainha das passarelas, porém seu reinado é curto, durando apenas quatro dias.

A Rede Globo, principal emissora de televisão do Brasil, é a responsável pela transmissão dos desfiles das escolas de samba do carnaval brasileiro desde a década de 1970. Em 1991, a emissora criou a personagem Mulata Globeleza que começou a protagonizar o comercial de divulgação do evento. Entre 2013 e 2014,



o programa jornalístico da emissora Fantástico organizou uma competição para escolher a nova Mulata Globeleza<sup>16</sup>. O quadro era apresentado pela atriz negra Sheron Menezes. As concorrentes apareciam de costas sem mostrar seus rostos e o destaque da competição era o corpo das participantes, em especial as bundas. Selecionamos dois artigos que refletem sobre a “caça” à Mulata Globeleza.

Em 23 de dezembro de 2013, no artigo “Vênus de Hotentote em qualquer lugar: a erotização da mulher negra”<sup>17</sup>, Djamila Ribeiro destaca que o corpo da mulher negra não é dela, o corpo da mulher negra é público. A ultrassexualização do nosso corpo torna a nossa imagem exótica aos olhos e às mentes colonizadas, em qualquer lugar do mundo. Tal estigma, como afirma a autora, está relacionado à erotização do corpo da Sarah Baartman, a Vênus de Hotentote.

Quem foi Vênus de Hotentote? Baartman<sup>18</sup> nasceu na África do Sul e foi levada à Europa, durante o século XIX. Ali ela se tornou a atração dos espetáculos circenses com o nome Vênus de Hotentote. Após sua morte, Sarah Baartman teve seu corpo dissecado, estudado por cientistas franceses e exibido no Museu do Homem, em Paris (França), até 1974.

Como a estrutura física da Baartman era diferente das mulheres europeias, compreendido como “normal”, o corpo da mulher negra, o “Outro” da mulher branca, foi definido como “anormal”, exótico (Ribeiro, 2013; Kilomba, 2010).

Embora a imagem da mulher negra como exótica e ultrassexualizada esteja associada à Sarah Baartman, consideramos que o estereótipo da mulata lasciva carnavalesca reforça ainda mais essa imagem (Ribeiro, 2013; Gonzalez, 1984).

Nas palavras de Djamila Ribeiro (2013), “a erotização da mulher negra está presente em todos os lugares, ainda mais se aliado ao fato da nacionalidade brasileira. As brasileiras são estereotipadas como sendo excessivamente sensuais”. Ou seja, produto de exportação, reconhecimento mundialmente, como afirma Lélia Gonzalez (1984).

Ribeiro explica que a erotização do corpo da mulher negra foi elaborada durante a experiência colonial e continua sendo reforçado nas mídias hegemônicas. Isto acontece porque, segundo Rosane Borges (2019, p.185) “a representação midiática reforça o lugar que o imaginário social pensa para os grupos subalternos, sendo um lugar expropriado de huma-

<sup>16</sup> Imagens das mulatas Globeleza de 1991 a 2017. Disponível em < <https://veja.abril.com.br/cultura/a-evolucao-das-globelezas-do-nude-ao-vestido/> > Acesso em 10 mai 2019.

<sup>17</sup> Disponível em < <http://blogueirasnegras.org/venus-hotentote-lugar-exotizacao-mulher-negra/> > Acesso em 10 mai 2017.

<sup>18</sup> Imagem da Sarah Baartman. Disponível em < [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160110\\_muller\\_circo\\_africa\\_lab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160110_muller_circo_africa_lab) > Acesso em 10 mai 2017.

nidade, é um lugar reduzido em termos de significantes e significados, ou seja, a mulher negra não representar o universal da mulher”.

Dessa forma, existem poucas mulheres negras à frente do jornalismo, das telenovelas e dos programas de entretenimentos da Rede Globo. “Como objeto sexual, produto a ser vendido”, nas palavras de Ribeiro, dificilmente a mulher negra ocupa espaços de destaque que não reproduzam seus estereótipos. É preciso rejeitar a imagem erotizada e ultrassexualizada da mulher negra e reforçar novas e plurais imagens das mulheres negras. Com três livros publicados, a filósofa Djamilia Ribeiro, autora do artigo, é uma renomada profissional no seu campo de pesquisa e fora dele. O blog “Blogueiras Negras” foi uma das primeiras plataformas onde a Ribeiro publicou seus textos.

Rompendo com o conceito de objetividade da ciência moderna e do jornalismo, filho do iluminismo (Habermas, 2014; Thompson, 1998; Grosz, 2010; Collins, 2019b).

Mariana Assis dos Santos escreve o artigo “O Sagrado e o Profano: as mulatas e o racismo”<sup>19</sup>, publicado em 13 de dezembro de 2013, expondo a sua animosidade com a “caça à Mulata Globeleza”, pois interfere em como nós, mulheres negras,

somos representadas nas mídias hegemônicas, além de mexer negativamente com a autoestima da mulher negra. “A luta pela visibilidade negra é totalmente legítima e urgente, porém precisamos nos questionar que lugar queremos ocupar?” (Santos, 2013).

Santos argumenta que as participantes são bailarinas de samba, artistas, mas foram reduzidas aos seus corpos, “Corpos sem rosto, apenas bundas e coxas bem torneadas”, nas palavras da autora. O samba é parte da cultura trazida ao Brasil pelos povos africanos. O samba é arte, sambar exige destreza e gingado dos quadris e dos pés das bailarinas. O pensamento eurocêntrico hierarquiza as culturas e a cultura produzida por negras e negros é considerada inferior. Dessa forma, a arte das sambistas é invisibilizada pela erotização e ultrassexualização dos nossos corpos.

A autora faz referência ao poema Nega Fulô, do escritor Jorge Lima, que reproduz os estereótipos da mulher negra no imaginário brasileiro, que surge no período colonial e segue informando como as negras são vistas na sociedade brasileira até os dias atuais.

Somos eternas Negras Fulô e vemos a ordem escravocrata ser reproduzida em cada comentário grosseiro e despeitado quanto às nossas belas

passistas, quando ouvimos homens brancos encherem a boca para falar de seus casos amorosos com mulheres negras e suas infinitas habilidades sexuais, ao mesmo tempo que ostentam suas boas senhoras brancas ao lado (Santos, 2013)<sup>20</sup>.

Portanto, notamos que as autoras recusam as imagens de controle da mulher negra como a “mulata” lasciva, elaboradoras durante o período colonial e que ainda são reproduzidas no imaginário coletivo e no jornalismo da imprensa hegemônica, assim como o lugar fixo profissional da preta como empregada doméstica. E por fim, revelam o contexto histórico que fez com que mulheres negras tivessem, em sua maioria, que trabalhar com empregadas domésticas e diaristas, que nada tem a ver com a falta de capacidade intelectual, mas uma relação entre as três dimensões de opressões que atravessam a vida da mulher negra brasileira.

### **Considerações finais**

Durante a constituição da América, forjaram-se as hierarquias de raças (identidades raciais) e o controle do trabalho e dos meios de produção (o capitalismo), que logo depois foram levados para o resto do mundo.

Com as luzes do iluminismo, surgia o paradigma da razão: o conhecimento

científico moderno. As narrativas das conquistas da Europa e a reinterpretação da história do pensamento humano no Renascimento, escondiam os intercâmbios culturais e econômicos entre os europeus, os asiáticos e os africanos, colonizando as mentes e os imaginários das populações colonizadas. Mesmo com o fim do período colonial, as matrizes coloniais do poder continuam dando as cartas nos países periféricos e dentro das próprias nações pela elite burguesa branca.

Entretanto, as ações de resistências epistêmicas remontam ao período colonial e consideramos a imprensa negra um porta-voz das experiências decoloniais. A (o) subalterna (o) pode falar? Nos últimos 187 anos, a imprensa negra brasileira rompe com o silêncio e o “blog Blogueiras Negras” é representante desta tradição e legado dos movimentos das mulheres negras. Por um lado, as autoras recusam suposta neutralidade, falando a partir do seu corpo-político. Por outro, desvinculam-se das matrizes coloniais do poder.

Por fim, o BN disputa as narrativas com a imprensa hegemônica, as autoras utilizam a escrita como luta antirracista e como produção de conhecimento, a partir do pensamento feminista negro, uma teoria crítica das mulheres negras. Desse modo, notamos que as escritoras recu-

<sup>20</sup>Disponível em <<http://blogueirasnegras.org/sagrado-profano-mulatas-racismo/>> Acesso em 15 mai 2017.

sam as imagens de controle (estereótipos racistas e sexistas) criadas durante o período colonial e que continuam sendo reproduzidas pelas mídias hegemônicas e que estão interconectadas com as dimensões das opressões econômicas e políticas. Além disso, as mulheres negras utilizam a escrita e as TICs para se autodefinir, nomeando suas experiências, dores, história, memória, imagens, entre outros.

## REFERÊNCIAS

- Amaral, A., Natal, G. & Viana, L. (2008). Net-nografia Como Aporte Metodológico Da Pesquisa Em Comunicação Digital. In: *Famecos/PUCRS*, n. 20.
- Amin, S. (1989). *El Eurocentrismo. Crítica de una ideología*. Mexico: Siglo Editores.
- Bernardino-Costa, J., Torres-Maldonado, N. & Grosfoguel, R. (2019). Introdução. In: Bernardino-Costa, J.; Torres-Maldonado, N. & Grosfoguel, R. (orgs). *Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Blogueiras Negras. Recuperado de <[www.blogueirasnegras.org](http://www.blogueirasnegras.org)> Acesso em 20 ago 2016.
- Borges, R. (2019). Silva, T. P. Entrevista com a Profa. Dra. Rosane Borges. In: Silva, T.P (2019). *Construções Identitárias & TICs: O Caso do blog: Blogueiras Negras*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo). Biblioteca Digital USP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27122019-170340/pt-br.php>
- Bueno, W. (2020). *Imagens de controle. Um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins*. Porto Alegre: Editora Zouk.
- Carneiro, S. (2003) Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, p. 117-133.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.
- Casagrande R. & Nunes, C. (2013, 6 de novembro). Entrevista com Creuza de Oliveira. *Blogueiras Negras*. <http://blogueirasnegras.org/entrevista-creuza-oliveira/>
- Castells, M. (2008). *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Collins, P. H. (2019a). *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo.
- Collins, P. H. (2019b). Epistemologia feminista negro. In: Bernardino-Costa, J., Torres-Maldonado, N. & Grosfoguel, R. (Orgs). *Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Gomes, M. (2013, 19 de julho). De Mucama a Doméstica, um breve relato da mulher negra contemporânea. *Blogueiras Negras*. <http://blogueiras-negras.org/de-mucama-a-domestica-um-breve-relato-da-mulher-negra-contemporanea/>
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs.
- Gonzalez, L. (2020). A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Rios, F., Lima, M. (Orgs). *Por um feminismo Afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Grosfoguel, R. (2010). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais, transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: Santos, B.S., Meneses, M. (Orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Editora Almedina.
- Habermas, J. (2014). *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Unesp.
- Hall, S. (2016). *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Apicuri.

- Kilomba, G. (2016). *Plantation Memories. Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast.
- Marcondes Filho, C. (2000). *Jornalismo. A Saga dos Cães Perdidos*. São Paulo: Hacker Editores.
- Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.
- Nascimento, A. (2016). *O Genocídio do Negro Brasileiro. Processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Nunes, C. (2013, 18 de dezembro). A minha empregada doméstica é quase da família. *Blogueiras Negras*. <http://blogueirasnegras.org/trabalho-domestico-ela-e-da-familia/>
- Oliveira, D. (2017). *Jornalismo e Emancipação. Uma prática jornalística baseada em Paulo Freire*. Curitiba: Appris.
- Pinto, A. F. M. (2020). *Imprensa Negra no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Selo Negro.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, Buenos Aires.
- Quijano, A. (1992). Colonialidad Y Modernidad/ racionalidade. In: *Perú Indígena*.
- Quijano, A. (1997). Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. In: *Anuario Mariateguiano*.
- Ramos, G. (2013, 28 de março). A PEC dos empregados domésticos e o processo secular da abolição da escravatura. *Blogueiras Negras*. <http://blogueirasnegras.org/trabalho-domestico-ela-e-da-familia/>
- Ramos, G. (2013, 26 de abril). PEC dos Domésticos: da invisibilidade jurídica para a concretude de direitos. *Blogueiras Negras*. <http://blogueirasnegras.org/pec-dos-domesticos-da-invisibilidade-juridica-para-a-concretude-de-direitos/>
- Ribeiro, D. (2013, 23 de dezembro). Vênus de Hotentote em qualquer lugar: a erotização da mulher negra. *Blogueiras Negras*. <http://blogueirasnegras.org/venus-hotentote-lugar-exotizacao-mulher-negra/>
- Santiago, L. (2019). Silva, T.P. Entrevista com Larissa Santiago. In: Silva, T.P (2019). *Construções Identitárias & TICs: O Caso do blog: Blogueiras Negras*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo). Biblioteca Digital USP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27122019-170340/pt-br.php>
- Santos, M. A. (2013, 13 de dezembro). O Sagrado e o Profano: as mulatas e o racismo. *Blogueiras Negras*. <http://blogueirasnegras.org/sagrado-profano-mulatas-racismo/>
- Santos, M. (2007). Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.
- Sodré, M. (2015). *Claros e Escuros. Identidade, povo, mídia e cotas no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes.

- Silva, T.P (2019). *Construções Identitárias & TICs: O Caso do blog: Blogueiras Negras*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo). Biblioteca Digital USP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27122019-170340/pt-br.php>
- Spivak, G. C. (2014). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Thompson, J. B. (1998). *A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes